

PRÁTICAS E PROCESSOS ESCOLARES, NA REGIÃO SUL E SUDESTE DO BRASIL, NO
 CONTEXTO DA HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA EDUCAÇÃO

*Practices and procedures school in South and Southeast region of Brazil in the context
 of the history of immigration and education*

Jordana Wruck Timm*

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio (Orgs.). *Imigração e Educação no Brasil: Histórias, Práticas e Processos escolares*. Santa Maria: UFSM, 2011, 336 p.

A educação, é um dos temas amplamente discutido e refletido, perpassa diversos vieses, sendo um deles o da história. Tratando-se de história da educação, impossível não me remeter às questões relacionadas à educação dos imigrantes aportados em nosso país – como se organizavam, como formaram as primeiras escolas, como eram as práticas e processos escolares mais recorrentes nas escolas étnicas, enfim, dados que podem auxiliar a recompor o grande mosaico da história da educação. Diante disso, a montagem de parte desse cenário é o que se propõe Terciane Ângela Luchese e Lúcio Kreutz que se empenharam na organização do livro “Imigração e Educação no Brasil: histórias, práticas e processos escolares” (Editora da Universidade Federal de Santa Maria, publicado em 2011, com 336 páginas) com o objetivo de “difundir estudos produzidos nos últimos anos em diferentes instituições do país, que abordem a história da educação na perspectiva dos imigrantes e de seus descendentes” (2011, p.12).

Terciane Ângela Luchese é doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Lúcio Kreutz é doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Ambos são professores do Programa de Pós Graduação em Educação do Centro de Filosofia e Educação, da Universidade de Caxias do Sul. Luchese, além de professora, também é coordenadora do mesmo programa. Ambos possuem uma vasta publicação na área da História da Educação, sobretudo no que se refere à educação dos imigrantes italianos (Luchese) e alemães (Kreutz).

O livro foi organizado em duas partes, sendo a primeira intitulada “Escolas de imigrantes na região sudeste” e a segunda “Escolas de imigrantes na região sul”, sendo que a primeira é composta por seis capítulos e a segunda por oito. Na primeira parte, que trata da educação na região sudeste, pude observar pesquisas realizadas com imigrantes portugueses, alemães, italianos e japoneses. Já a segunda trata de imigrantes poloneses, ucranianos, italianos e alemães. Na sequência, darei ênfase (mesmo que de forma sintética) para cada capítulo apresentado no livro, mas, antes disso, trataremos de algumas considerações em relação ao prefácio da obra.

No prefácio do livro, o professor Jorge Luiz da Cunha, já revela a importância do mesmo. Cunha considera que esta obra é uma contribuição ao presente, já que trata de experiências de diferentes etnias que somadas compuseram nossa sociedade.

* Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista PROSUP/CAPES. E-mail: jordanawruck@hotmail.com

Para refletir sobre as bases do que consideramos e reconhecemos como Educação hoje, num país que tem nesse âmbito uma de suas maiores limitações; para vislumbrar um futuro em que a Educação possa contribuir propositiva e produtivamente para mais participação, mais igualdade na diversidade, mais fraternidade entre todos os brasileiros; é preciso abrir o baú do passado, lidar com as memórias para produzir história. (CUNHA, 2011, p.9)

Após o prefácio, o livro apresenta a introdução, na qual os organizadores alertam para a importância de considerar a diversidade étnica e a contribuição dos imigrantes para pensar o passado da educação, o que deve ser levado em conta para refletir sobre os problemas apresentados no âmbito educacional. Saliento, como expresso na introdução, que se tratando do método, da teoria ou mesmo da temática empregados nas pesquisas, os textos retratam a característica de haverem sido produzidos por pesquisadores diferentes, tendo focos distintos, no entanto, são unidos pelo viés da etnicidade e da imigração.

Parte I – Escolas de imigrantes na região sudeste

O primeiro capítulo, de autoria de Zeila de Brito Fabri Demartini, aponta para aspectos relacionados aos imigrantes portugueses em São Paulo, no contexto da primeira República e no âmbito da educação. Com base em análise de publicações de seu grupo de pesquisa, em documentos oficiais e em material coletado nas famílias de imigrantes que vieram para São Paulo no referido período, ela concluiu que o Estado português não se fez presente nos destinos de seus imigrantes; os imigrantes tiveram forte ligação com sua terra de origem e preocupação com o sistema educacional precário no contexto português; “a atuação da elite intelectual da ‘comunidade portuguesa’ na tentativa de suprir as deficiências da educação em Portugal” (2011, p.45); além de desenvolverem atividades culturais e educacionais. Importante salientar que um dos motivos, e provavelmente o mais preponderante, pela forte ligação dos imigrantes com suas terras de origem, ocorreram devido ao fato de terem vindo, na maioria das vezes, “avulsos”, ficando distantes de toda a família e conseqüentemente com um vínculo maior com o país de origem (lugar onde os familiares permaneceram).

A colonização e a escolarização em Belo Horizonte é tema do segundo capítulo, de autoria de Maysa Gomes Rodrigues. O terceiro capítulo contribui com aspectos relacionados à educação na Petrópolis-Colônia, sob influência dos imigrantes alemães, o texto é de autoria de Maria das Graças Duvanel Rodrigues. A língua e a cultura germânica, em São Paulo, são temas do quarto capítulo, no qual, Maria Cristina dos Santos Bezerra e Olga Rodrigues de Moraes Von Simson pesquisaram o panorama educacional do referido contexto. Esses três capítulos apresentam algo em comum, ambos tratam da imigração alemã na região sudeste do país, no entanto, apontam também especificidades. Em Belo Horizonte, Maysa Gomes Rodrigues conclui que as escolas não apresentaram características étnicas no período republicano, já que foi promovido pelo estado um programa oficial da rede pública, ela ainda afirma que “a assimilação e a incorporação dos imigrantes se construíram na rede das relações sociais, e nesse caso, as escolas das colônias exerceram seu papel” (2011, p.72). No Rio de Janeiro, Maria das Graças Duvanel

Rodrigues afirma, a partir de sua pesquisa, que a conduta moral e a confissão religiosa, preferencialmente católica, interferiam na escolha dos professores que lecionaram nas escolas dos imigrantes, além disso, eles mantinham a língua como elemento de identificação étnica. E, em São Paulo, Bezerra e Simson perceberam o interesse pela educação destes imigrantes, devido ao número de escolas por eles organizadas, demonstrando também interesse em oferecer educação aos seus filhos de nível semelhante ao país de origem. As autoras alegam que, naquele contexto, a homogeneização cultural ocorreu somente no ensino da língua, pois nos demais aspectos a escola participava de um sistema de diferenciação social, elas também afirmam que as escolas alemãs se diferenciavam umas das outras, tendo em vista a localização geográfica, a classe social atendida, a religião predominante, ou ausência da mesma, além do tipo e nível de ensino oferecido.

O quinto capítulo traz a pesquisa desenvolvida por Rosa Lydia Teixeira Corrêa em relação aos imigrantes italianos em Campinas e região. Na pesquisa a autora trata da criação de escolas de mútuo socorro, da associação *Circolo Italiani Uniti* de Campinas e dos grupos de imigrantes italianos que se estabeleceram em núcleos coloniais. Ela conclui que essa associação (*Circolo Italiani Uniti*), ou “em sentido mais amplo, essas organizações proporcionavam, além da educação escolar, oportunidade gradativa de relacionamento social” (2011, p.136). Já, em relação às iniciativas educacionais em núcleos coloniais, ela destaca o desafio de conciliar o trabalho na agricultura ao lado do adulto (como condição de sobrevivência) com a escola, e destacamos, nesse sentido, um dado relevante quanto às práticas escolares nesse contexto, já que, objetivando medidas de higienização devido à ocorrência de epidemias no estado de São Paulo, a professora aponta em seus registros que todos os meses atribuía a um menino e uma menina o “prêmio de merecimento por asseio” (2011, p.141), já que vinham com rosto e roupas sujas e empoeiradas por conta do trabalho com a terra, brincadeiras, era uma forma de corroborar com as medidas que o estado vinha tomando.

O sexto (e último capítulo da primeira parte) é de autoria de Ruth Izumi Setoguti, trata de uma pesquisa realizada com imigrantes japoneses e descendentes, relacionada às expectativas, valores e estratégias familiares no processo de escolarização. A coleta de dados ocorreu por meio de questionários semiestruturados, aplicados em imigrantes que pertenciam à primeira, segunda ou terceira geração de imigrantes japoneses no país e ser casado com alguém da mesma descendência (com objetivo de observar “a participação e a influência da família nipônica no processo de socialização dos filhos e no encaminhamento dado à formação escolar” (2011, p.146)). A autora constatou que os imigrantes japoneses valorizavam a instituição escolar e tinham expectativas em relação à mesma, e apesar das dificuldades em relação aos costumes, à língua e às dificuldades econômicas, eles buscaram “estratégias e soluções para proporcionar escolarização para seus filhos” (2011, p.158).

Parte II – Escolas de imigrantes na região sul

O sétimo capítulo aborda a educação escolar étnica dos imigrantes poloneses e o texto é de autoria de Teresa Jussara Luporini. Valquiria Elita Renk é autora do oitavo capítulo, no qual trata da nacionalização nas escolas de imigrantes poloneses e ucranianos

no Paraná, ela contempla o ano de 1920. Os capítulos sete e oito apresentam semelhanças, das quais destaco o fato da pesquisa ser sobre imigrantes poloneses, com recorte limitado ao território paranaense e tratando do nacionalismo, mas também apresentam especificidades, além de Renk fazer alusão aos imigrantes ucranianos. Luporini, conclui que a “extensa rede de escolas polonesas contribuiu para retardar a aculturação da comunidade polonesa” e que os imigrantes poloneses contribuíram com o diferenciado processo de fixação no Brasil, nas condições de isolamento e tiveram confrontos ideológicos. Afirma que a nacionalização interferiu na formação dos professores e na localização e construção das escolas para os poloneses, gerando bilinguismo e resistência cultural. Além disso, o nacionalismo, no ponto de vista de Luporini, deixou rastros negativos, já que o fechamento das escolas foi imediato, mas a substituição para escola pública levou de 10 a 15 anos, deixando milhares de crianças e jovens sem acesso a escola. O bilinguismo também foi assunto de debate no texto de Renk. A autora afirma que “as escolas étnicas fizeram do bilinguismo uma possibilidade de manutenção da cultura de origem do grupo” (2011, p.203), e que o nacionalismo previa que “a familiaridade com a língua, o Hino nacional e os símbolos pátrios faria com que as crianças incorporassem o sentimento de pertencimento à nação brasileira” (2011, p.203).

O nono, décimo primeiro e décimo terceiro capítulo, apresentam pesquisas referentes aos imigrantes alemães. As festas escolares é tema de destaque no nono capítulo, escrito por Regina Maria Schimmelpfeng de Souza. A pesquisa trata das escolas teuto-brasileiras de Curitiba/PR. O material por ela analisado permitiu perceber que por meio do processo de escolarização poderiam os imigrantes transmitir e preservar a continuidade de determinados valores. As festas estavam atreladas ao “recordar/lembrar” por meio de cerimônia, pesquisa muito relevante e que aponta especificidades em relação aos demais capítulos que tratam desse grupo étnico. A “igreja escola”, no âmbito dos imigrantes alemães luteranos de Santa Catarina é assunto de estudo no décimo primeiro capítulo escrito por João Klug, no qual aponta a relação entre ambas. O autor destaca que o trabalho do professor ia além do ensino, sendo responsável também pelo coro da igreja, organização das atividades festivas, porém, não tinham estabilidade, do mesmo modo que eram escolhidos, também podiam ser dispensados. Em alguns relatos trazidos no texto de Klug, o professor desempenhava também funções de médico e de padre, na ausência dos mesmos, além de a comunidade esperar que não meramente informassem sobre conteúdos, mas que formassem cidadãos para o convívio em grupo. Lúcio Kreutz, responsável pelo décimo terceiro capítulo, trata das escolas étnicas dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. Enfatiza que um conjunto de fatores propiciou a criação de escolas étnicas, como “a tradição escolar dos países de origem; a estrutura física dos núcleos rurais, previstas pela política de imigração; a homogeneidade étnica e religiosa nesses núcleos; a presença das igrejas católica e luterana, [...]”; e, também, a ação governamental [...]” (2011, p.302-303), mas, além disso, Kreutz permite concluir que as escolas sempre foram aspiração dos imigrantes que aqui aportaram. Não havendo escolas públicas, se organizavam de tal forma que pudessem construir escolas e responsabilizavam-se pelo professor e pela produção do material didático.

O décimo, o décimo segundo e o décimo quarto capítulos apresentam resultados de pesquisas sobre os imigrantes italianos. O décimo aborda as iniciativas escolares públicas, no contexto de imigrantes italianos, no Paraná (século XIX) e é de autoria de Elaine Cátia Falcade Maschio. No texto, a autora destaca que “a escola foi concebida como uma instituição central na formação social dessas colônias” (2011, p.237), mas que foi permeada por muitos problemas também, como o edifício escolar (as aulas muitas vezes eram ministradas em paióis, na casa do professor e de algum pai de aluno), os móveis escolares também eram um problema (muitas vezes inexistentes, insuficientes, em condições precárias ou adaptados (caixotes)), além do problema de ordem humana, pois diante de tais condições não se mantinham no ofício por muito tempo e, mesmo os alunos, que também desistiam para auxiliar nas lidas da roça. O desejo pelas escolas públicas era grande nesse contexto espaço-temporal. Clarícia Otto, autora do décimo segundo capítulo, no qual tratou a educação dos imigrantes italianos no estado catarinense. Levando em conta o espaço e tempo, aponta a figura do professor como responsável em transmitir conhecimentos e valores pré-estabelecidos e os materiais de leitura viriam para reforçar esse “ideal de ensino”, servindo como veiculadores de ideias e incorporadores de comportamentos e valores morais, éticos, patrióticos e com forte conotação religiosa. E, trazendo o décimo quarto capítulo (e último), Terciane Ângela Luchese aborda o olhar dos cônsules e agentes consulares nas escolas étnico-comunitárias italianas no Rio Grande do Sul. Por escolas étnico-comunitárias a autora entende aulas elementares sobre noções básicas de leitura, escrita e cálculo. Interessante ressaltar que, geralmente, eram iniciativas da própria comunidade (desde a construção) e que os professores eram escolhidos dentre os moradores do local (aquele considerado um pouco mais instruído), nesse caso, pode-se perceber que os professores, geralmente, dedicavam parte do seu tempo à docência, somando com outros afazeres. O ensino, muitas vezes, era ministrado no dialeto (vêneto) e em alguns momentos receberam material didático do governo italiano. A autora apresenta vários apontamentos extraídos de relatórios, sobretudo realizados pelo agente consular Petrocchi, enfatizando que “a escola se tornou um espaço de formação e manutenção de laços afetivos, culturais, políticos e econômicos com a Itália” (2011, p.324). Em 1920 as escolas étnicas italianas foram sendo passadas para escolas públicas e em 1938 já não eram expressivas.

Finalizando, ao longo da resenha fui expressando minha opinião, no entanto, gostaria nesse momento de ressaltar que o título do livro aponta para um estudo sobre a imigração e a educação no Brasil, mas logo no sumário descobrimos que se trata das regiões sul e sudeste. Compreendo que foram essas duas regiões (sul e sudeste) que tiveram um número mais expressivo de imigrantes e que se caracterizaram pelas escolas étnicas, por esse motivo, sugiro a troca do título, já que não poderia se pensar em um segundo volume expandindo para as demais regiões. Essa é a única mudança que sugeriria. Encerro, reiterando, mais uma vez, a importância desta obra para a História a Educação e para os pesquisadores da área, sobretudo no contexto da imigração.

*Recebido em maio de 2013
Aprovado em junho de 2013*